

SUMÁRIO

<i>Prefácio de Ricardo Pereira Lira</i>	13
---	----

– I –

1. O problema do silêncio	17
2. Doutrinas divergentes	17
3. O ponto de vista de Pacchioni, Demogue e Cohin	18
4. Reflexo das ideias de solidariedade social	19
5. Influência das novas ideias sobre o conceito da propriedade	20
6. A que natureza de obrigações dá lugar o silêncio	21

– II –

7. Os fatos jurídicos, fontes das obrigações	23
8. Fatos naturais e fatos voluntários	24
9. O papel da vontade nos fatos jurídicos	24
10. Os limites da eficácia da vontade	25
11. Não é a finalidade jurídica que domina o ato, mas os efeitos práticos visados pelo agente	27

– III –

12. As fontes das obrigações, segundo os Romanos, e as tendências modernas	29
13. O critério do Código de Napoleão e outras legislações	31
14. Crítica do sistema do nosso Código	32
15. Questão controvertida	33

16. O pensamento de Demogue	34
17. A interpretação das fontes	35
18. O ponto de vista aceitável	36

– IV –

19. A vontade humana como fonte de obrigações: os negócios jurídicos.....	39
20. Atos jurídicos unilaterais e atos jurídicos bilaterais	42
21. Atos coletivos ou complexos	45
22. Fundamento jurídico do vínculo contratual	49

– V –

23. Elementos essenciais do ato jurídico	53
24. Teoria da autonomia da vontade e teoria da declaração	54
25. O sistema eclético modernamente adotado.....	56
26. Necessidade da exteriorização	59
27. Modos de manifestar-se a vontade; liberdade de forma	59
28. Manifestação expressa e tácita; ou direta, e indireta	63
29. Casos de manifestação tácita.....	65

– VI –

30. De novo em face do problema do silêncio	69
31. Os casos consignados no direito romano.....	70
32. O silêncio em face do direito canônico.....	73
33. As legislações modernas e o silêncio.....	74
34. A atitude do legislador brasileiro	79

– VII –

35. Os debates do problema na doutrina: entrechoque de correntes	83
36. Responsabilidade delitual, não contratual.....	87
37. O pensamento de Durma e Perozzi.....	88
38. O silêncio e o conjunto de circunstâncias.....	90
39. Princípios que restringem a eficácia do silêncio.....	90

40. O silêncio-aceitação nos casos de remessas de livros e periódicos, não havendo relações anteriores.....	91
41. A solução no caso contrário	93
42. Novas cláusulas insertas nas faturas	95
43. Outra regra sobre a eficácia do silêncio.....	96
44. Efeitos do silêncio, quando a oferta se relaciona com a profissão do oblato	97

– VIII –

45. Riqueza de aspectos na questão em debate.....	98
46. O silêncio e o abuso do direito: a explicação de Ramniceano	100
47. O silêncio, a abstenção culposa e o dolo	101
48. A reticência no direito	102
49. Modalidades do dever de falar, no direito processual	104
50. Haverá o dever de advertir da existência de um direito?... ..	105
51. O dever e o direito de silêncio	106
52. Conclusão	107

<i>Bibliografia</i>	109
---------------------------	-----